



Postconvencionales

No. 5-6, septiembre 2012, 29 p. ISSN 2220-7333.

ESCUELA DE ESTUDIOS POLÍTICOS Y ADMINISTRATIVOS



Raciocínio Moral: Forma e Conteúdo

Cleonice Camino, J'aims Ribeiro, Luciana Maia Viana,

*Robson Medeiros y Júlio Rique**

Brasil

Resumo

Na tipologia kohlberguiana, a sequência do desenvolvimento moral é análoga a do desenvolvimento cognitivo, hierarquizada e universal, e os estágios são vistos como estruturas homogêneas. Para Kohlberg, o que caracteriza um estágio é a forma de raciocínio e não o conteúdo. Levando-se em consideração esses pressupostos, este estudo procura verificar se de fato o conteúdo de um estágio não influencia o raciocínio de justiça. Para tanto, investiga-se se as pessoas avaliam as definições do estágio 4 como mais justas do que as do estágio 3, independente do conteúdo dessas definições. Caso ocorra o contrário, não será verificada nem a sequência hierarquizada, nem a homogeneidade dos estágios. Participaram deste estudo 33 estudantes, sobretudo pós-convencionais, retirados de uma amostra de 121 universitários. Os participantes responderam a um Inventário de Raciocínio Social – IRS, composto por 12 itens relativos aos estágios 3 e 4 da tipologia kohlberguiana. Os resultados indicaram que: o Estágio 4 de leis democráticas apresentou a média mais elevada; o Estágio 3 do cuidado apresentou a segunda média mais elevada; o Estágio 3 da Expectativa social apresentou média superior a do Estágio 4 de leis autoritárias, mas inferior a do Estágio 3 do cuidado; e o Estágio 4 de leis autoritárias apresentou a média mais baixa; sendo todas estas diferenças estatisticamente significativas. Assim, conforme os resultados, os estágios são heterogêneos e a sua hierarquização não é plenamente confirmada.

Palavras-chave:

Desenvolvimento Moral, Raciocínios Morais, Kohlberg, Heterogeneidade dos Estágios Morais

Abstract

[*Moral Reasoning: Form and Content*]. In the Kohlberg's typology, the sequence of moral development is analogous to the cognitive development, hierarchical and universal, and the stages are seen as homogenous structures. For Kohlberg, which features a stage is a form of reasoning and not the content. Taking into account these assumptions, this study seeks to determine whether in fact the content of a stage does not affect the reasoning of justice. To this end, we investigate whether people evaluate the definitions of stage 4 as fairer than those of the third stage, regardless of the content of these definitions. If the opposite occurs, will not be checked nor hierarchical sequence, or the homogeneity of the stages. The study included 33 students, especially postconventional, drawn from a sample of 121 college students. The participants answered a Social Reasoning Inventory —IRS, consisting of 12 items related to stages 3 and 4 of the Kohlberg's typology. The results indicated that: Stage 4 democratic laws showed the highest average and differed significantly from the averages of the other stages, Stage 3 care had the second highest average, differing significantly from the average of Stage 3 social expectancy and Stage 4 authoritarian laws; Stage 3 of the social expectancy had a mean significantly higher than stage 4 authoritarian laws, but significantly less than in Stage 3 care, and the fourth stage of authoritarian laws had the lowest average. Thus, according to the results, the stages are heterogeneous and their hierarchy is not fully confirmed.

Key words:

Moral Development, Moral Reasoning, Kohlberg, Moral Stages Heterogeneity

* Cleonice Camino, J'aims Ribeiro y Júlio Rique são Professores da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Luciana Maia Viana é Professora da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), e Robson Medeiros é Professor da Universidade Paulista de Brasília (UNIP).

Tabela de conteúdos

Introdução
Método
 Participantes
 Instrumentos
 Procedimento
Resultados
Discussão

INTRODUÇÃO

Neste estudo, procura-se verificar se as pessoas avaliam a justiça de uma ação com base apenas no raciocínio (forma) apresentado para justificá-la, ou baseiam seus julgamentos no conteúdo. Mais especificamente, pretende-se verificar se a suposição de Kohlberg (1969, 1976, 1984), Colby & Kohlberg (1987), de que o raciocínio moral desenvolve-se através de uma sequência hierarquizada de estágios ocorre em relação aos raciocínios do estágio 3 e do estágio 4, independentemente do conteúdo desses estágios. Caso essa suposição seja verdadeira, raciocínios do estágio 4 serão avaliados como mais importantes do que raciocínios do estágio 3 por pessoas que julgam predominantemente no *nível pós-convencional*.

Para Kohlberg, a sequência do desenvolvimento moral é constituída por seis estágios que se agrupam em três níveis, conforme Quadro 1.

O surgimento de cada nível significa o aparecimento de uma nova estrutura de raciocínio moral qualitativamente diferente e superior a anterior. Em um mesmo nível, o estágio superior possui uma estrutura semelhante a do estágio anterior, porém mais equilibrada. As diferenças de raciocínio moral em cada estágio são explicadas como diferentes formas dos sujeitos conceituarem a justiça. Kohlberg considera, também, que a caracterização de um estágio não deve ser dada pelo conteúdo do que é definido como justiça, mas pelo raciocínio utilizado na definição. Como o importante não são os conteúdos dos raciocínios, mas as formas, estas poderiam se manter inalteradas, apesar da variação dos conteúdos. Segundo Kohlberg (1969, 1976, 1984), Colby & Kohlberg (1987), essas formas seriam universais, assim como seria universal a sequência em que elas se apresentam no desenvolvimento.

Essas hipóteses kohlberguianas foram apoiadas pelos resultados de vários estudos em que os autores utilizaram diferentes instrumentos, Kohlberg (1984), Biaggio (1975, 1976, 1983) Turiel, Edwards e Kohlberg (1978), Snarey (1985) e Walker (1989).

Apesar dos resultados dessas pesquisas, a universalidade dos estágios morais é contestada por alguns autores (Shweder, 1990; Haidt, Koller e Dias, 1993), com base na

concepção pluralista da moral, no relativismo cultural e interacionismo moral. Também tem sido criticada a noção de que a universalidade dos estágios para Kohlberg significa identidade de argumentos em diferentes culturas e que a orientação moral destes argumentos seja exclusivamente a dos Direitos (Snarey e Kejlo, 1991). [¶ 5]

Quadro 1
Estágios de Desenvolvimento Moral de Kohlberg

NÍVEL I: PRE-CONVENCIONAL	
Estágio 1: Moral Heterônoma	Evitar quebrar normas com base na punição e na obediência e evitar danos físicos às pessoas e à propriedade.
Estágio 2: Propósito Instrumental e Troca	Seguir normas apenas quando for de interesse imediato de alguém; agir para satisfazer seus próprios interesses e necessidades.
NÍVEL II: CONVENCIONAL	
Estágio 3: Expectativas Interpessoais Mútuas, Relações e Conformidade Interpessoal	Pôr em prática o que é esperado pelas pessoas próximas a você (filho, irmão, amigo etc.). “Ser bom” significa manter relações mútuas, tais como confiança, lealdade, respeito e gratidão.
Estágio 4: Sistema social e Consciência	Cumprir os deveres reais com os quais você pactuou. As leis devem ser mantidas, exceto em casos extremos onde elas entrem em conflito com outros deveres sociais estabelecidos.
NÍVEL III: PÓS-CONVENCIONAL	
Estágio 5: Contrato ou Utilidade Social e Direitos Individuais	Manter as normas provenientes de contratos sociais. Valores não-relativos e corretos, como a vida e a liberdade, entretanto, deveriam ser mantidos em qualquer sociedade indiferentemente da opinião da maioria.
Estágio 6: Princípios Éticos Universais	Seguir princípios éticos auto-escolhidos. Os princípios são universais de justiça: a igualdade dos direitos humanos e o respeito pela dignidade dos seres humanos como pessoas individuais.

Nota: Adaptado de Kohlberg (1976).

Um outro pressuposto de Kohlberg (Colby & Kohlberg, 1987) que nem sempre recebe confirmação é o de “integridade estrutural”, isto é, os estágios vistos como estruturas homogêneas. Assim, Walker, De Vries e Trevethan (1987) verificaram que os mesmos indivíduos julgaram dilemas hipotéticos e dilemas reais de forma diferente.

Na mesma direção, Levine (1979), Rest (1983), Carpendale e Krebs (1992, 1995), verificaram que conteúdos diferentes eliciavam julgamentos de estágios diferentes nos mesmos indivíduos, e Sobesky (1983) constatou que um mesmo dilema podia suscitar julgamentos distintos, se as consequências da ação fossem manipuladas.

Já Gilligan (1982) critica Kohlberg por definir os estágios morais considerando apenas a orientação baseada no direito, na concepção de justiça, deixando de lado a

orientação moral baseada na responsabilidade e no cuidado. Para esta autora, a unilateralidade de Kohlberg seria a fonte de, em seus achados, serem encontrados mais homens no estágio 4 e mais mulheres no estágio 3, e, conseqüentemente, os homens são considerados como tendo uma moral mais avançada do que as mulheres.

Note-se que, com base nessas críticas que revelam para os autores uma interação entre forma e conteúdo, têm sido propostos modelos de desenvolvimento moral alternativos ao de Kohlberg: Nisan (1984) propõe um modelo de duplo fator, Carpendale e Krebs (1995) um modelo interacional, e Rest (1976) um modelo aditivo.

Apesar dos autores deste trabalho compartilharem, em grande parte, as críticas supracitadas, as que são apresentadas no presente estudo sobre o estágio 3 e também sobre o estágio 4 são de natureza diferente (Camino, 1992; Luna, 1987). Em relação ao estágio 3, critica-se o fato de que Kohlberg o definiu de duas formas estruturalmente incompatíveis (níveis estruturais diferentes): a) “viver de acordo com as expectativas sociais” e b) “conservar nas relações mútuas a verdade, a lealdade e a gratidão”. Na defesa desta crítica, observa-se que na primeira aceção, pode-se esperar que: c) os sujeitos do estágio 3 se apropriem dos valores reinantes na sociedade e mudem de valores se os valores da sociedade mudem; d) os sujeitos do estágio 3 pensem de forma contraditória se os valores de uma sociedade forem contraditórios. Por outro lado, pode-se imaginar, considerando as duas aceções, que os sujeitos do estágio 3 cultivem a lealdade e a verdade (2ª aceção) mas que ao mesmo tempo não os cultivem (1ª aceção), se os valores da sociedade em que estão inseridos não contemplarem a verdade e a lealdade. [¶ 10]

Ainda analisando a ambigüidade da estrutura proposta para o estágio 3, considera-se que os indivíduos que julgam com base no princípio de “conservar nas relações mútuas a verdade, a lealdade e a gratidão” construíram esses valores ou se apropriaram deles de tal forma que possam mantê-los independentemente das mudanças no contexto social e, neste sentido, esses valores seriam mais internos ao sujeito do que os valores relativos a “viver de acordo com as expectativas”. Desta forma, os raciocínios com base na verdade e na lealdade deveriam indicar um nível moral mais elevado, uma estrutura moral mais desenvolvida do que os raciocínios com base na expectativa social. Assim, embora a forma de se abordar a questão do estágio 3 não seja a mesma de Gilligan (1982) - quando critica Kohlberg por enfatizar a moral da justiça e a moral dos Direitos Humanos em detrimento da moral do cuidado - reivindica-se um status mais elevado para a moral do cuidado em relação à moral da expectativa social.

No que diz respeito ao estágio 4, o justo é definido por Kohlberg como o cumprimento à legalidade, na medida em que esta garante a ordem social. Entretanto, aponta-se para o fato de que os tipos de justiça legal implantados nos diferentes países diferem quanto aos valores sociais priorizados. Muitas vezes, as leis do sistema legal servem apenas aos interesses dos mais fortes e são implantadas de forma ditatorial. Neste caso, não se pode dizer que defender um sistema legal cujas leis são implantadas por tiranos seja tão justo como defender um sistema legal cujas leis foram feitas para beneficiar o povo e com a participação do povo. Neste sentido, pergunta-se: ‘Será que o aspecto formal do raciocínio legalista do estágio 4 é capaz de resistir a qualquer lei independente do seu conteúdo?’ ‘É possível tornar os raciocínios cuja construção legalista referem-se ao bem

estar da sociedade, equivalentes aqueles cuja construção contradizem o bem estar social?’ Teoricamente, acredita-se que raciocínios que versam sobre leis de naturezas opostas não são do mesmo nível, e, portanto, que a forma não suplanta o conteúdo.

Na tentativa de respaldar empiricamente essas críticas, surgem, de forma pormenorizada, os objetivos deste estudo: 1) investigar se o raciocínio do estágio 3 do cuidado será avaliado como mais justo do que o 3 da expectativa social; 2) se o raciocínio do estágio 4, baseado em leis democráticas será considerado mais justo do que o baseado em leis autoritárias.

Para verificar as suposições referentes à hierarquização dos estágios 3 e 4 da tipologia Kohlbergiana, considera-se que seja adequado utilizar uma amostra composta por pessoas cujo nível de raciocínio sobre a justiça seja predominantemente pós-convencional.

MÉTODO

Participantes

Cento vinte e um estudantes universitários, homens e mulheres, alunos de vários cursos da Universidade Federal da Paraíba participaram da primeira etapa da pesquisa. Destes, foram selecionados apenas 33 estudantes, cujos resultados em um teste de avaliação do pensamento moral, *Defining Issues Test* —DIT, revelaram que no mínimo 65% de suas respostas encontravam-se no nível postconvencional. [¶ 15]

Instrumentos

O Inventário de Raciocínio Social —IRS. O IRS consta de 12 itens relativos aos estágios 3 e 4 da tipologia Kohlbergiana. No estágio 3, havia seis itens: 3 referentes a moral da expectativa social e 3 a moral do cuidado. No estágio 4, havia 6 itens: 3 versavam sobre a aplicação de uma lei autoritária e 3 sobre a aplicação de uma lei democrática. Nos dois casos, o uso da lei era justificado pela manutenção da ordem social. Os itens do estágio 3 foram retirados de um instrumento elaborado por Viana, Neves e Cavalcanti (1995) e os itens do estágio 4 foram elaborados pelos autores do presente trabalho.

Para cada item, o sujeito devia indicar com um X o quanto julgava justo ou injusto o raciocínio do protagonista, em uma linha de 10 cm. No polo esquerdo da linha havia a expressão ‘muito injusto’ e no polo direito a expressão ‘muito justo’. A seguir serão apresentados exemplos da operacionalização dos estágios 3 e 4:

♣ *Estágio 3 do cuidado*

O policial Miguel viu Jaime roubando uma fruta e pensou em prendê-lo. No entanto, o policial sabia que Jaime estava roubando porque era muito pobre, por isso ele deveria ter pena e não prender Jaime.

Você acha que se Miguel não prender Jaime ele estará fazendo algo:

Muito injusto-----Muito justo

♣ *Estágio 3 da expectativa social*

Carolina e Vanessa são amigas. Certo dia, Carolina pediu um conselho a Vanessa, pois precisava decidir se revelaria ou não à sua mãe que havia viajado com o seu namorado. Vanessa disse a Carolina que ela não deveria contar o que tinha acontecido para que sua mãe não pensasse mal dela.

Você acha que o que Vanessa aconselhou Carolina é:

Muito injusto-----Muito justo

♣ *Estágio 4 de leis autoritárias*

Em um país distante, a tortura é considerada um importante mecanismo de controle e manutenção da ordem social, sendo, inclusive, permitida por lei. Mário apoia e defende o cumprimento dessa lei porque julga que sem ela a sociedade pode se tornar um caos.

Você acha que o que Mário apoia é:

Muito injusto-----Muito justo

♣ *Estágio 4 de leis democráticas*

Num país da América Latina, as leis são elaboradas democraticamente e procuram servir ao bem-estar dos cidadãos. Laís defende estas leis porque acha que as cumprindo está contribuindo para manter a ordem social do seu país.

Você acha que o que Laís defende é:

Muito injusto-----Muito justo

O *Defining Issues Test* (DIT). O DIT é um instrumento objetivo que tem por finalidade avaliar o julgamento moral do sujeito. A forma utilizada nesta pesquisa foi a adaptada por Camino, Luna, Alves, Silva & Rique (1988). Esta forma contém três dilemas morais, seguidos de doze afirmações propostas para a solução dos dilemas. Essas afirmações correspondem aos estágios de pensamento moral propostos por Kohlberg. Para cada afirmação, o sujeito deve assinalar o grau de importância atribuído por ele para a solução do dilema em questão. Depois de responder às doze afirmações, o sujeito deve indicar, de forma hierarquizada, para cada dilema, as quatro respostas mais importantes.

Procedimento

Administração

Os participantes, após a explicação dos pesquisadores a respeito da finalidade da pesquisa, responderam em ambiente coletivo, porém de forma individual, aos questionários.

Correção

IRS — Para avaliar as respostas do IRS, mediu-se com uma régua a distância entre a marca feita pelo respondente e o pólo esquerdo e transformou-se a distância em pontos. Assim a escala varia de 0 a 10. Quanto maior o número de pontos, mais justa foi considerada a ação. [¶ 20]

DIT — Em cada dilema do DIT, a resposta considerada mais importante recebeu o peso quatro para o estágio correspondente, a segunda mais importante recebeu o peso três e assim por diante. Esses pesos foram convertidos em pontos. O total de pontos foi igual ao valor 30. O nível pós-convencional foi obtido com a soma de todos os pontos dos estágios 5 e 6. Considerando o valor 30 igual a 100, isto é, efetuando uma regra de 3, os sujeitos considerados pós-convencionais foram aqueles que apresentaram no mínimo 65% de suas respostas nesse nível.

RESULTADOS

Para verificar a posição hierárquica entre as modalidades de raciocínio do Estágio 3 —moral do cuidado e moral da expectativa social— e as do Estágio 4 —leis democráticas e leis autoritárias— foi realizada uma MANOVA para medidas repetidas, conforme o programa STATICS versão 4.0.

Os resultados indicaram uma diferença significativa ($F_{3,32} = 53,01407$; $p < .000$) entre as médias dos escores às quatro condições testadas, conforme Quadro 2. Através do teste de Scheffé, para comparação Post-Hoc, verificaram-se diferenças significativas entre todas as médias: o Estágio 4 de leis democráticas apresentou a média mais elevada e diferenciou-se significativamente das médias do Estágio 3 do cuidado, do Estágio 3 da expectativa social e do Estágio 4 de leis autoritárias; o Estágio 3 do cuidado apresentou a segunda média mais

elevada, diferenciando-se significativamente das médias do Estágio da expectativa social e do Estágio 4 de leis autoritárias; o Estágio 3 da expectativa social apresentou uma média significativamente superior a do Estágio 4 de leis autoritárias, mas significativamente inferior a do Estágio 3 do cuidado; e, finalmente, o Estágio 4 de leis autoritárias apresentou a média mais baixa dentre todos os estágios. O nível de significância dessas diferenças também está apresentado no Quadro 2.

Quadro 2

Comparações Post-Hoc com o teste Scheffé
entre as médias das diferentes condições dos estágios 3 e 4.

Estágios	Médias
Estágio 3 do cuidado	18,58 ^b
Estágio 3 da expectativa social	14,29 ^c
Estágio 4 de leis democráticas	24,58 ^a
Estágio 4 de leis autoritárias	7,87 ^d

Nota: As médias com distinto sobrescrito diferem entre si em um nível de significância de $p < .02$.

Assim, segundo esses resultados, as estruturas do estágio 3 e do estágio 4 são heterogêneas. Note-se, entretanto, que enquanto os raciocínios do estágio 3 do cuidado e da expectativa, testados neste trabalho, são apresentados por Kohlberg (1984) como pertencentes ao estágio 3, o raciocínio do estágio 4 de leis autoritárias não é referido por Kohlberg. [¶ 25]

DISCUSSÃO

Os resultados obtidos neste estudo são corroborados por aqueles de uma pesquisa realizada por Camino e Cavalcanti (1992), na qual os autores testaram, exclusivamente, a diferença entre o estágio 3 do Cuidado e o 3 da Expectativa social, com uma amostra de estudantes pós-convencionais. Os autores constataram, primeiramente, que as respostas a essas duas condições agruparam-se em dois fatores distintos. Constataram, também, que os pós-convencionais pontuaram os itens relativos ao cuidado de forma significativamente mais favorável do que pontuaram os itens relativos à expectativa social.

Também os resultados da presente pesquisa são apoiados, em parte, por aqueles obtidos por Lourenço (2000). Este autor verificou empiricamente se a medida em que os sujeitos se movimentavam em uma sequência deontica, eles também se movimentavam em uma sequência aretaica. E, em seus resultados, observou que houve ruptura de paralelismo:

enquanto os raciocínios do estágio 3 relativos à busca de aprovação foram julgados menos meritosos do que os dos estágios 1 e 2, os do estágio 3 relativos ao cuidado foram julgados como mais meritosos do que o do estágio 4 ou mesmo do estágio 5 (da mesma orientação). A partir desses resultados, Lourenço concluiu que: o estágio 3, como proposto por Kohlberg, não tinha uma estrutura tão unitária como defendida pelo autor, o estágio 3 incluía duas orientações, o cuidado e a aprovação interpessoal. Esses resultados foram considerados pelo autor consistentes com os estudos de Carpendale e Krebs (1995).

Com relação à estrutura do estágio 4 proposta por Kohlberg, os dados desta pesquisa indicam claramente que a legalidade referente a leis impostas autoritariamente não pode ser considerada hierarquicamente superior a raciocínios do estágio 3, e que, conseqüentemente, sua universalização não pode ser defendida.

Assim, os resultados obtidos neste trabalho corroboram as pesquisas existentes sobre a heterogeneidade das estruturas do estágio 3 e do estágio 4. Entretanto, uma afirmação mais contundente a esse respeito carece de mais pesquisas, inclusive de pesquisas transculturais. [¶ 29]

Referências

- Biaggio, A. M. B. (1975). *Psicologia do desenvolvimento*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Biaggio, A. M. B. (1976). A developmental study of moral judgment of Brazilian children and adolescents. *Interamerican Journal of Psychology*, 10, 71-81.
- Biaggio, A. M. B. (1983). *Pesquisas em Psicologia do Desenvolvimento*. Porto Alegre, RS: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Camino, C. (1992). Definições operacionais de estágio na Tipologia Kohlberguianas: reflexões e críticas. *Anais do IV Simpósio Brasileiro de Pesquisa e Intecâmbio Científico* (pp. 93-108). Brasília - DF: ANPEPP.
- Camino, C., Luna, V., Alves, A., Silva, M., & Rique, J. (1988). Primeiros resultados da reformulação e adaptação do Definig Issues Test. [Resumo]. In Sociedade Brasileira de Psicologia (Org.), *XVIII Reunião Anual de Psicologia*. *Anais* (p.236). Ribeirão Preto: SP.
- Camino, C. & Cavalcanti, M. G. (1992). *Anais do IV Simpósio Brasileiro de Pesquisa e Intecâmbio Científico* (pp. 93-108). Brasília - DF: ANPEPP.
- Carpendale, J., & Krebs, D. (1992). Situational variation in moral judgment: in a stage or on a stage? *Journal of Youth and Adolescence*, 21 (2), 203-224.
- Carpendale, J., & Krebs, D. (1995). Variations in level of moral judgment as a function of type of dilemma and moral choice. *Journal of Personality*, 63 (2), 289-313.

- Colby, A., & Kohlberg, L. (1987). *The measurement of moral judgment theoretical foundation and research validation*. (Vol. I) New York: Cambridge University Press.
- Gilligan, C. (1982). *Uma voz diferente*. São Paulo: Rosa dos Ventos.
- Haidt, J., Koller, S., & Dias, M. G. (1993). Affect, culture and morality, or Is it wrong to eat your dog? *Journal of Personality and Social Psychology*, 65 (4), 613-628.
- Kohlberg, L. (1969). Stage and sequence: The cognitive-developmental approach to socialization. Em D.A. Goslin (Ed.). *Handbook of socialization theory and research* (pp. 347-480). Chicago: Rand Mc Nally.
- Kohlberg, L. (1976). Moral stages and moralization: The cognitive-developmental approach. Em T. Lickona (Ed.), *Moral development and behavior: Theory, research and social issues* (pp. 31-53). New York: Holt, Rinehart and Winston.
- Kohlberg, L. (1984). *Essays on moral development: the psychology of moral development* (Vol. II). New York: Harper & Row.
- Levine, C. G. (1979). Stage acquisition and stage use: An appraisal of stage displacement explanations of variation in moral reasoning. *Human Development*, 22, 145-164.
- Lourenço, O (2000). The aretaic domain and its relation to the deontic domain in moral reasoning. In M. Laupa (Ed.), *Rights and wrongs: How children and young adults evaluate the world : New directions for child and adult development* (pp. 47-61). Jossey-Bass: San Francisco.
- Luna, V. (1987). *Elementos ideológicos subjacentes à educação e à psicologia frente à aprendizagem de valores sócio-morais - Análise de textos didáticos de moral e cívica*. Dissertação de Mestrado, Mestrado em Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.
- Nisan, M. (1984). Content and structure in moral judgment: An integrative view. Em W. M. Kurtines & J. L. Gewirtz (Eds.), *Morality, moral behavior, and moral development*. United States of America: Wiley.
- Rest, J. R. (1976). New approaches in the assessment of moral judgment. Em T. Lickona (Ed.), *Moral development and behavior: Theory, research and social issues* (pp. 198-218). New York: Holt, Rinehart and Winston.
- Rest, J. R. (1983). Morality. Em P. H. Mussen, *Handbook of child psychology* (4ª ed.) (Vol. 3, pp. 556-629). New York: Wiley.
- Snarey, J. (1985). Cross-cultural universality of social-moral development: a critical review of Kohlbergian research. *Psychological Bulletin*, 97 (2), 202-232.
- Snarey, J. & Keljo, K. (1991). In a gemeinschaft voice: The cross-cultural expansion of moral development theory. Em W. Kurtines & J. L. Gewirtz, *Handbook of moral development: Theory* (Vol. I) (pp. 395-424). Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.

- Sobesky, W. E. (1983). The effects of situational factors on moral judgments. *Child Development*, 54, 575-584.
- Shweder, R. (1990). In defense of moral realism: reply to Gabennesch. *Child Development*, 61, 2060-2067.
- Turiel, E. , Edwards, C., & Kohlberg, L. (1978). Moral development in turkish children, adolescents, and young adults. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 9 (1), 75-85.
- Viana, I., Neves, V., & Cavalcanti, M. G. B. (1995). Relação entre estrutura e conteúdo: Uma questão kohlbergiana [Resumo]. *Anais do III Encontro de Iniciação Científica da UFPB* (p. 134). João Pessoa: Editora Universitária.
- Walker, L. (1989). A longitudinal study of moral reasoning. *Child Development*, 60, 157-166.
- Walker, L., de Vries, B., & Trevethan, S. D. (1987). Moral stages and moral orientations in real-life and hypothetical dilemmas. *Child Development*, 58, 842-858.